

**Agosto 2021**

**Síntese de Execução Orçamental JULHO 2021**

**ÍNDICE**

[**1.** **Síntese Geral de Execução Orçamental** 2](#_Toc72504423)

[**2.** **Análise das Receitas Totais** 4](#_Toc72504424)

[**2.1.** **Receitas (não inclui venda de ativos)** 5](#_Toc72504425)

[**2.2.** **Venda de Ativos Não Financeiros** 7](#_Toc72504426)

[**3.** **Análise das Despesas Totais e Ativos Não Financeiros** 8](#_Toc72504427)

[**3.1.** **Por Classificação Económica** 8](#_Toc72504428)

[**3.1.1.** **Despesas** 8](#_Toc72504429)

[**3.1.2.** **Ativos Não Financeiros** 11](#_Toc72504430)

[**3.2.** **Por Tipo de Financiamento** 11](#_Toc72504431)

[**4.** **Projetos em Resposta à Covid-19** 12](#_Toc72504432)

[**5.** **Posição da Execução dos Maiores Projetos financiados por Empréstimos Externo** 14](#_Toc72504433)

[**6.** **Dívida Pública** 16](#_Toc72504434)

1. **Síntese Geral de Execução Orçamental**

A 31 de julho de 2021, o valor provisório do saldo global foi negativo em 9.395,4 milhões de CVE, ou seja, um défice de 5,3% do PIB projetado pelo Ministério das Finanças e Fomento Empresarial (MFFE)[[1]](#footnote-1). Esse resultado se traduziu num agravamento 1,6 p.p., em face ao mesmo período de 2020.

Observa-se, ainda, que o saldo corrente primário/PIB foi negativo em 4,1%, agravando-se em 1,9 p.p., comparativamente ao período homólogo, continuando, assim, a refletir o impacto negativo da pandemia na economia cabo-verdiana, e consequentemente, no quadro fiscal/orçamental, decorrente dos estabilizadores automáticos e das medidas adotadas no âmbito do combate e da prevenção da Covid-19.

**Gráfico 1 - Evolução do Saldo Global**

****

 Fonte: MFFE

Os resultados provisórios da execução orçamental até julho de 2021, comparativamente ao mesmo período de 2020, decorrem:

* da diminuição das receitas totais em 7,1% (-1.634,8 milhões de CVE);
* do agravamento das despesas totais em 4,5% (+1.286,4 milhões de CVE); e
* da diminuição em ativos não financeiros líquidos em 33,3% (-333,7 milhões de CVE), justificado, essencialmente, pela venda de ativos superiores ao registado no mesmo período do ano anterior (2021: 534 milhões de CVE; e 2020: 49 milhões de CVE).

**Quadro 1 - Evolução das Operações Financeiras do Estado**

  Fonte: MFFE

1. **Análise das Receitas Totais**

As receitas totais da Administração Central (incluindo vendas de ativos não financeiros) realizadas até julho de 2021 cifraram-se em 21.876,5 milhões de CVE, registando uma diminuição de 5,0%, comparativamente ao período homólogo.

**Quadro 2 - Receitas Públicas Orçamentais**



 Fonte: MFFE

* 1. **Receitas (não inclui venda de ativos)**

As receitas arrecadadas, até julho de 2021, totalizaram o montante de 21.342,6 milhões de CVE, registando uma diminuição de 7,1%, comparativamente ao período homólogo. Esta performance resulta da diminuição da arrecadação em sede dos impostos diretos (-18,8%), dos impostos indiretos (-2,3%) e das outras receitas (-0,6%), bem como desembolso dos donativos (-33,7%). Regista-se, entretanto, um aumento das receitas de segurança social (+11,3%) que tem pouca materialidade em face ao total da receita do Estado.

Em relação aos Impostos diretos, é de se destacar que o decréscimo 18,8% decorre da evolução das receitas arrecadadas em sede do:

* Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Singulares, que se situou, no período em análise, em 3.125,8 milhões de CVE, registando uma evolução negativa, em termos homólogo, de 289,9 milhões de CVE (-8,5%). Esta variação decorre do facto de que nos três primeiros meses de 2020 não se ter sentido os impactos negativos da pandemia da Covid-19; enquanto que, em 2021, até finais de julho, continuamos a registar os impactos negativos da pandemia, afetando o emprego e os rendimentos das pessoas singulares.
* Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Coletivas, que se cifrou, no período, em 1.667,4 milhões de CVE, registando uma evolução negativa em termos homólogos de 532,0 milhões de CVE (-24,2%) sendo a performance homóloga consequência da redução da atividade económica em 2020 face a 2019, logo, com impacto negativo no imposto sobre o lucro anual pagos nos anos seguintes.
* Tributo Especial Unificado (TEU), que registou, no período em análise, uma execução de 221 milhões de CVE, traduzindo-se numa evolução negativa de 60,6 milhões de CVE (-21,5%) em relação ao mesmo período do ano anterior. Esta variação é explicada pelos fortes impactos da crise provocada pela Covid-19 nos contribuintes do REMPE, pelo aumento dos prazos trimestrais de entrega do Tributo e pelo pagamento em prestações mais alargadas que o OE 2021 veio prever.

Quanto aos impostos indiretos, o decréscimo de 2,3% deveu-se, essencialmente, às variações conjugadas das seguintes rúbricas:

* Imposto sobre o Valor Acrescentado – o IVA registou no período em análise uma execução de 6.973,0 milhões de CVE, traduzindo uma evolução negativa de 396,9 milhões de CVE (-5,4%). Por fonte de arrecadação, constatou-se que em sede do IVA-DGA apurou-se um acréscimo de 16,1% enquanto que o IVA-DGCI teve um decréscimo de 28,4%. Este decréscimo na cobrança deste imposto deriva dos fortes impactos da crise da Covid-19, principalmente a nível do Turismo, e das medidas excecionais decretadas pelo Governo, nomeadamente a possibilidade de pagamento em prestações e a redução da taxa do IVA no Turismo para 10%, que o OE 2021 veio prorrogar em relação ao ano 2020.
* Contribuição Turística – a receita totalizou, no período, o montante de 29,3 milhões de CVE, registando uma evolução em termos homólogos de -260,2 milhões de CVE (-89,9%), resultante do facto das dormidas em estabelecimentos hoteleiros ainda estarem a sofrer um forte impacto da crise da Covid-19, com um nível baixíssimo de entradas de turistas do exterior, devido às restrições de viagens de lazer da maior parte dos países no Mundo, sendo o turismo interno marginal.
* Impostos sobre Transações Internacionais – a receita registou um acréscimo de 8,6% (+323,4 milhões de CVE), comparado ao mesmo período do ano anterior. A performance destes impostos está intrinsecamente ligada à importação. Em termos desagregados, em face ao período homólogo de 2020, verificou-se uma variação positiva no Direito de Importação em 8,7% (+314,6 milhões de CVE) e da Taxa Comunitária CEDEAO em 5,1% (+8,7 milhões de CVE).
* Imposto de Selo – a cobrança em sede do imposto de selo teve uma evolução positiva em termos homólogos de 3,4% (+11,9 milhões de CVE), situando-se em 366 milhões de CVE, fruto essencialmente de uma atividade bancária relativamente dinâmica, apesar das moratórias bancárias decretadas.
* Imposto especial sobre jogos - a cobrança em sede desse imposto foi de 14 milhões de CVE, registando uma evolução negativa em termos homólogos de 27,8% (-5,3 milhões de CVE), uma vez que depende quase exclusivamente da atividade turística na Ilha do Sal, que, desde o início da pandemia, é quase inexistente, comparativamente aos níveis registados antes da pandemia.

No que toca às transferências (com destaque aos donativos), registou-se uma execução de 865,0 milhões de CVE, apresentando uma diminuição de 33,7% (-440,0 milhões de CVE), em face a arrecadação no período homólogo do ano anterior. Esta performance decorre:

* da diminuição das transferências provenientes de Governos Estrangeiros em 80,4% (-1.034,9 milhões de CVE), justificado pela não entrada ainda das ajudas orçamentais em face a julho de 2020 e conjugado com o decréscimo dos donativos diretos face ao período homólogo;
* do aumento das transferências provenientes de Organizações Internacionais em 344,5 milhões de CVE, explicado pela entrada do donativo no âmbito do acordo entre U.E e PNUD para financiamento do projeto “*West Africa Competitiveness Support Project*”, no valor de 319,6 milhões de CVE; e
* do registo de transferências recebidos pelos Fundos e Serviços Autónomos (+250,4 milhões de CVE), com destaque para as estruturas de Saúde, em face a comparticipação do INPS na assistência médica e medicamentosa dos respetivos segurados.

As outras receitas verificaram um decréscimo de 0,6% (-14,7 milhões de CVE), refletindo o impacto da pandemia da Covid-19, com destaque à diminuição na arrecadação, das multas e outras penalidades e das outras receitas diversas.

* 1. **Venda de Ativos Não Financeiros**

As receitas provenientes de Vendas de Ativos Não Financeiros ascenderam a 533,9 milhões de CVE, registando um aumento, em face ao realizado no mesmo período de 2020 (48,5 milhões de CVE). Esse aumento é justificado, essencialmente, pela venda de edifícios (480,9 milhões de CVE) e da aeronave das Forças Armadas (52,9 milhões de CVE).

1. **Análise das Despesas Totais e Ativos Não Financeiros**
	1. **Por Classificação Económica**

As despesas totais e a aquisição de ativos não financeiros, em julho de 2021, atingiram 31.271,9 milhões de CVE, registando um agravamento de 4,8% em relação ao período homólogo de 2020.

**Quadro 3 - Evolução das Despesas Totais por Classificação Económica**



 Fonte: MFFE

* + 1. **Despesas**

Em finais de julho de 2021, as despesas executadas totalizaram o montante de 30.070,7 milhões de CVE, registando um aumento de 4,5% em relação ao período homólogo de 2020. Esta evolução resultou do aumento nas rúbricas despesas com o pessoal (+3,4%), aquisição de bens e serviços (+7,0%), subsídios (+103,1%), benefícios sociais (+22,6%), conjugado com a diminuição nas rubricas dos juros da dívida (-21,5%), das transferências correntes (-7,0%) e outras despesas correntes (-8,0%), conforme abaixo se apresenta:

* A “despesa com o pessoal” evidenciou um aumento de 3,4% (+ 415,4 milhões de CVE) decorrente:
	1. do impacto de implementação de PCCS das Forças Armadas, que teve início no segundo trimestre de 2020, e reclassificações e acumulação de carga horária que vieram a ter impacto no mês de junho do presente ano, com destaque ao Ministério de Educação; enquanto que em 2021 os impactos em causa são de 12 meses;
	2. do impacto na contratação de técnicos e pessoal de saúde, bem como aumento das velas e senhas de presença nas estruturas de saúde no âmbito da necessidade de resposta à Covid-19;
	3. da regularização atempada das despesas dos Órgãos de Soberania, nomeadamente a Assembleia Nacional e Presidência da República e também das Embaixadas; e
	4. da *Bancarização* das estruturas do Supremo Tribunal de Justiça, Conselho Superior do Ministério Público, Conselho Superior da Magistratura Judicial, Tribunal de Contas, das Comissões de Recenseamento Eleitoral e do Cofre Geral de Justiça.
* “Aquisição de bens e serviços” registaram um aumento de 7,0% (+286,0 milhões de CVE), em face ao período homólogo do ano anterior, derivado do aumento das seguintes rubricas: Material de consumo clínico em 92,6% (+182,4 milhões de CVE) decorrente da execução dos projetos de prevenção e combate à Covid-19; Conservação e reparação de bens em 56,6% (+63,6 milhões de CVE); Honorário em 256,0% (+214,5 milhões de CVE) resultante de despesas no âmbito das políticas de emprego e reforço ao sector de Educação; e despesas no âmbito das eleições (+57,3 milhões de CVE). Tais agravamentos foram atenuados pelas medidas de cativos de despesas adotadas pelo Governo, através da Resolução do Conselho de Ministro n.º 8/2021, de 2 de fevereiro.
* A despesa com os juros da dívida registou uma diminuição de 21,5% (-666,7 milhões de CVE), comparado com o mesmo período de 2020, resultado dos juros da dívida externa na decorrência da moratória concedida pelos credores bilaterais para mitigar os efeitos da Covid-19 nos países mais vulneráveis.
* Os “Subsídios” registaram um acréscimo de 103,1% (+350,5 milhões de CVE), em face ao mesmo período de 2020, justificado, essencialmente, pelos subsídios transferidos às empresas privadas não financeiras, no âmbito da resolução 54/2021 de 16 de abril, resultante de indemnização compensatória anual pelas obrigações de serviço público de transporte marítimo de passageiros e cargas inter-ilhas, cujo pagamento é efetuado através do Fundo Autónomo de Desenvolvimento e Segurança do Transporte Marítimo.
* Os “Benefícios Sociais” aumentaram 22,6% (+1.028,7 milhões de CVE), justificado, essencialmente, pela dinâmica esperada do aumento do número dos pensionistas, originando um aumento nas rubricas de pensões de aposentação em 9,4% (+251,0 milhões de CVE); pensões de sobrevivência em 15,9% (+25,2 milhões de CVE) e outros benefícios sociais em numerários em 170,1% (+708,4 milhões de CVE). Este último, no âmbito do apoio social às famílias afetadas pela pandemia da Covid-19, através do Rendimento Social de Inclusão, do pagamento de estágios profissionais, formação para empregabilidade e apoio à reinserção socioprofissional.
* As “Transferências Correntes” tiveram uma diminuição de 7,0% (-233,3 milhões de CVE), comparado com o mesmo período do ano transato, justificado, essencialmente, pela diminuição das transferências em face ao período homólogo, aos municípios na sequência da diminuição da arrecadação de receitas consignadas, com destaque a Contribuição Turística gerida pelo Fundo do Turismo.
* As “Outras Despesas Correntes” evidenciaram uma diminuição de 8,0% (-77,4 milhões de CVE), comparativamente ao mesmo período de 2020, decorrente da reprogramação e das medidas de contenção nos termos definidos na Resolução n.º 8/2021, de 2 de fevereiro.

O valor da despesa por regularizar, em julho, situou-se em cerca de 549,2 milhões de CVE referente aos duodécimos efetuados aos Órgãos de Soberania e às Embaixadas, a serem regularizados aquando da prestação de contas.

* + 1. **Ativos Não Financeiros**

A execução dos Ativos Não Financeiros ascendeu ao montante de 1.201,2 milhões de CVE, equivalente a 10,6% do total do orçamento, um aumento de 14,4% em face ao homólogo, representando, em termos absolutos, uma variação positiva de 151,6 milhões de CVE comparativamente à execução de 2020. O montante executado decorre, essencialmente, dos seguintes projetos: “Reforço ao sector da educação” com uma execução de 95,1 milhões de CVE; “Redução de Perdas em Eletricidade e Melhoria de Qualidade de Energia” com uma execução de 87,4 milhões de CVE; “Reabilitação de estradas” com uma execução de 223,2 milhões de CVE; “Construção Centro Ambulatório do Hospital B. Sousa” com uma execução de 73,4 milhões de CVE; e “Programa de Promoção de Oportunidades Socioeconómicas e Rurais (Poser - Clima)” com uma execução de 59,6 milhões de CVE.

* 1. **Por Tipo de Financiamento**

No que tange ao financiamento, nota-se que 91,6% das despesas totais (despesas e ativos não financeiros) foram financiadas com recursos do Tesouro e 8,4% com recursos externos.

. Ao nível dos recursos externos:

* Os donativos, na modalidade de financiamento direto aos projetos, totalizam o montante de 803 milhões de CVE, equivalente a 30,7% do total do financiamento externo, sendo os financiadores com maiores execuções o Luxemburgo com 317,5 milhões de CVE e Banco Europeu de Investimento com 87,4 milhões de CVE;
* Os empréstimos externos ascenderam a 1.765 milhões de CVE, equivalente a 67,6% do total do financiamento externo. Esses financiamentos foram canalizados para 13 programas, com destaque para a “Garantia de acesso ao rendimento, a Educação, aos Cuidados e à Saúde” (836,2 milhões de CVE), as “Infraestruturas Modernas e Seguras” (430,4 milhões de CVE), a “Educação de Excelência” (151,1 milhões de CVE) e a “Transformação da Agricultura” (89,7 milhões de CVE).

**Quadro 4 - Evolução das Despesas Totais por Tipo de Financiamento**



 Fonte: MFFE

1. **Projetos em Resposta à Covid-19**

A execução orçamental dos projetos/unidades inscritos em resposta à Covid-19, até julho de 2021, totalizaram 2.034,7 milhões de CVE, representando uma taxa de execução de 46,1%. Ao nível de execução desses projetos/unidades, por modalidade de financiamento, no período em análise, foi financiado pelo tesouro em 43,1%, por empréstimo em 52,2% e por donativos em 4,6%.

**Quadro 5 - Despesa Covid-19 por Tipo de Financiamento**



 Fonte: MFFE

Dos projetos executados no período, em valores absolutos, destacam-se:

* “Implementação de Rendimento Social de Inclusão “(858,5 milhões de CVE);
* “Prevenção e Combate a Coronavírus” (335,7 milhões de CVE);
* “Reforço ao Setor da Educação” (184,4 milhões de CVE);
* “Preparação Projeto Cabo Verde Digital” (54,7 milhões de CVE);
* “Reforço do Setor da Saúde No Combate ao Covid-19” (50,9 milhões de CVE);
* “Capacitação Dos Profissionais Do Turismo E Áreas Transversais - COVID\_19” (35,5 milhões de CVE); e
* “Ampliação do Centro de Saúde de Boa Vista” (35,0 milhões de CVE).

**Quadro 6 – Execução dos projetos no âmbito da Covid-19**



 Fonte: MFFE

1. **Posição da Execução dos Maiores Projetos financiados por Empréstimos Externo**

A execução dos dez maiores projetos com financiamento externo atingiu, em julho, o montante de 1.276,7 milhões de CVE (cerca de 72,3% do total com financiamento externo), representando 14,1% do valor orçamentado. Isto, dado que, por um lado, historicamente a execução regista uma maior aceleração no segundo semestre e, por outro lado, regista-se um atraso efetivo no arranque de alguns projetos, levando a uma reprogramação do PPIP no OR 2021 em processo de promulgação e publicação.

Da análise da execução em relação aos projetos com maiores valores orçamentados para 2021, verifica-se o seguinte:

* Implementação de Rendimento Social de Inclusão com uma execução de 836,3 milhões de CVE;
* Reforço ao Sector da Educação com uma execução de 151,1 milhões de CVE;
* Programa de Promoção de Oportunidades Socioeconómicas Rurais (Poser) com uma execução de 89,7 milhões de CVE.

**Quadro 7 – Posição em julho da Execução dos maiores projetos** 

Fonte: MFFE

1. **Dívida Pública**

O stock da dívida pública, excluindo os TCMF, atingiu 269.658,6 milhões de CVE, em 31 de julho de 2021, cabendo à dívida interna 82.986,4 milhões de CVE (47,3% do PIB) e à dívida externa 186.672,2 milhões de CVE (106,3% do PIB). Nesta sequência, o rácio dívida pública/PIB atingiu os 153,6%, cerca de 3,2 p.p. acima do valor registado em julho de 2020[[2]](#footnote-2).

**Quadro 8 – Evolução da Dívida Pública**



 Fonte: MFFE

1. Considerou-se o PIB reprogramado (175.616 milhões de CVE), sendo que o PIB projetado inicialmente aquando da proposta do OE 2021 foi de 194.320 milhões de CVE. [↑](#footnote-ref-1)
2. O PIB utilizado para o cálculo do rácio em 2020 é o PIB ajustado a reprogramação para o referido ano, nos termos apresentado pela DNP, ou seja, 164.911 milhões de CVE (o PIB inicialmente utilizado aquando da apresentação da conta mensal 2020 foi o projetado para o Orçamento inicial de 2020, cerca de 211.095 milhões de CVE, em que foi apresentado um stock da dívida em percentagem do PIB de 135,0%. [↑](#footnote-ref-2)